

ACTA N.º 15/11

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE PENAFIEL DE 21 DE JULHO DE 2011**

No dia vinte e um de Julho do ano de dois mil e onze, pelas dezasseis horas, nesta Cidade de Penafiel, no salão Nobre dos Paços do Concelho, estando presentes os Excelentíssimos senhores, Eng.^a Paula Cristina Ribeiro da Silva Teles, senhor Adolfo Amílcar, Dr.^a Susana Paula Barbosa de Oliveira, Dr. Alberto Clemente de Melo e Sousa, Dr. António José de Sousa Pinto, Eng.º Joaquim Fernando Moreira, Dr.^a Filomena Maria de Sousa Martins Pereira Rodrigues, comigo, Dr.^a Ivone Manuel Gonçalves Freitas de Sá, Chefe da Divisão Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, realizou-se a Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal de Penafiel.

Estiveram ausentes da reunião, o senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Alberto Fernando da Silva Santos, Dr. Antonino Aurélio Vieira de Sousa, por se encontrarem em representação do município em Itália “Encontro da Juventude”, tendo sido justificadas as suas faltas pela senhora Presidente da Câmara em exercício.

A reunião foi presidida pela senhora Vereadora Eng.^a Paula Cristina Ribeiro da Silva Teles, nos termos do n.º 3 (2.^a parte) do artigo 2.º do Regimento da Câmara Municipal de Penafiel.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

I – INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL

II – ASSUNTOS INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA

O senhor Vereador Eng. Fernando Moreira disse que tinha pena que o senhor Vereador com o pelouro do ambiente não estivesse presente na reunião, porque ia falar sobre assuntos desse pelouro.

Transmitiu que na terça-feira anterior deparou-se com três coisas que o deixaram chocado e que o levaram a concluir que, no município de Penafiel não há muito

cuidado com a recolha de resíduos sólidos e urbanos.

Referiu que numa reunião anterior disse que tinha por hábito, uma vez que ficava dentro do seu percurso habitual, depositar os resíduos recicláveis no ecocentro de Paredes.

Disse que na altura lhe foi dito que em vez de o fazer em Paredes, deveria fazê-lo no ecocentro de Penafiel, uma vez que a deposição desses resíduos tinha um retorno financeiro para a Câmara Municipal.

Informou que se deslocou ao ecocentro de Penafiel para o fazer, e o que tem constatado é que o ecocentro de Penafiel é uma vergonha. Disse que na terça-feira passada verificou a existência de resíduos sólidos e urbanos espalhados por tudo o que era sitio e a inexistência de qualquer indicação nos contentores sobre quais os resíduos que lá deveriam ser colocados.

Transmitiu ainda que o pior e o que mais lamentava era que, no silvado em frente, se encontravam plásticos, papel e outro tipo de resíduos, que voavam, sem que ninguém procedesse à sua remoção.

Disse que era desprestigiante para a Câmara Municipal de Penafiel.

Referiu que a segunda situação que queria dar conhecimento era o facto de na passada terça feira ter colocado no local determinado para os seus lixos domésticos e que o que lhe tinha sido dito era que o carro de recolha passava na sua rua às quartas e sextas feiras.

Disse que já passaram dois dias e que o lixo ainda lá está e que esteve quase para o trazer e colocá-lo à porta da Câmara Municipal porque assim o recolheriam seguramente.

Disse que o terceiro assunto que queria referir prendia-se com o facto de, quando vinha do ecocentro de Penafiel, no cruzamento com a Rua Eng. Matos ter encontrado um camião limpa fossas a depositar a última carga naquela local.

Disse que o cheiro era muito mau e que lamentava que esse procedimento fosse realizado naquele local.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto solicitou ao abrigo da al. e) do n.º 1 do art. n.º 2, do regimento da Câmara Municipal, uma informação, sobre os seguintes assuntos:

1. Qual o estado de execução de cada uma das obras constantes do PPI para o ano de 2011 e acordadas com as Juntas de Freguesia, atendendo a que já decorreram seis meses.
2. Informação sobre quais os subsídios pela Penafiel Verde, EM, no ano de 2011, quais os valores, ao abrigo de que protocolos e quais as entidades



abrangidas. Pediu que os citados subsídios fossem identificados caso a caso.

3. Informação sobre o cumprimento de comparticipação financeira atribuída pela Câmara Municipal, ao abrigo de um protocolo celebrado com as IPSS, para execução de obras financiadas pelo programa Pares. Disse que queria saber o valor já atribuído e o que falta atribuir, por instituição.

Referiu que em Paços de Ferreira vão ser investidos mais de 6,3 milhões de euros do QREN no pólo 5 da cidade empresarial. Disse que lhe podiam dizer que a PFR invest estava numa situação financeira muito preocupante, mas na sua opinião, estava em causa um investimento ocultado que fixaria em Paços de Ferreira um investimento de 8 milhões de euros e que era comparticipado pelos fundos comunitários com 6,3 milhões de euros a fundo perdido.

Disse que mais investimentos nesta área significa mais competitividade e atractivamente de actividades industriais.

Disse que a Câmara Municipal estava no terceiro mandato deste executivo e quanto ao investimento em parques industriais este era igual a zero e que esta lacuna se reflecte em menor oferta de emprego.

Disse que apesar do dinheiro nesta altura ser pouco, deveriam ser estipuladas prioridades e que o investimento em pólos empresariais era opção correcta, caso contrário o município de Penafiel torna-se-à menos competitivo e atractivo em relação aos concelhos vizinhos que criam os seus parques industriais, nas fronteiras com Penafiel.

Disse que conhecia empresas penafidelenses que se tinham fixado em polos empresariais de concelhos vizinhos.

Transmitiu que a única zona industrial que Penafiel tem está localizada em Irivo e que está quase completa.

Concluiu dizendo, que à oposição cabe alertar para a falta de investimento neste sector e que estas opiniões e este alerta já tinha sido transmitido na Assembleia Municipal.

A senhora Vereadora Eng.ª Paula Teles disse que, no entendimento da maioria do executivo da Câmara Municipal, a competitividade de um município não se media pelo investimento em cidades empresariais, porque estas apostas poderiam correr mal no futuro.

Transmitiu que o caminho deste executivo tem sido investir numa política de regeneração urbana que, na sua opinião, pode ser mais importante.

Referiu que, a nível europeu, as experiências tem demonstrado que as cidades tecnológicas correram mal.

1507

Informou que durante os meses de verão serão realizados debates sobre qual será a melhor aposta de investimento para o futuro de Penafiel. Disse que, nestes fóruns, participação individualidades com reconhecida experiência e conhecimento nesta matéria e que serão ótimas oportunidades para debater aprofundar estas matérias.

1 – COMPETÊNCIA PRÓPRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 - ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Deliberação n.º 894 de 21/07/2011

Assunto: Leitura e aprovação das intervenções dos membros da Câmara Municipal transcritas na acta da reunião ordinária, realizada no dia 07 de Julho de 2011 – DAAOA.

Votação: As intervenções dos membros da Câmara Municipal no período antes da ordem do dia e antes das deliberações indicadas na ordem do dia, depois de lidas, foram aprovadas por unanimidade.

Deliberação n.º 895 de 21/07/2011

Assunto: Prestação de Contas Relativos ao 1.º Trimestre de 2011 – Penafiel Activa, EM.

Requerente: Penafiel Activa, EM.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2011-07-12 (**anexo I**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Ofício da Penafiel Activa, EM com a referência SC-C253-2011 (**anexo I**), e relatório de prestação de Contas relativos ao 1.º trimestre de 2011 (**em arquivo**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovado, por unanimidade, os documentos de Relatório de Actividades e de Prestação de Contas relativos ao 1.º Trimestre de 2011, nos termos do artigo 39.º n.º 2, al. a), da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro.

1508

Não intervieram na discussão e votação, ausentando-se da sala, os senhores Vereadores, Sr. Adolfo Amílcar e Dr. ^a Filomena Maria de Sousa Martins Pereira Rodrigues, por impedimento nos termos do n.º 6, do artigo 90.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e alínea a), do artigo 44.º do CPA, e artigo 6.º do Regimento da Câmara Municipal.

Deliberação n.º 896 de 21/07/2011

Assunto: Suspensão das Reuniões no mês de Agosto – GAP.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2011-07-12 (**anexo II**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 897 de 21/07/2011

Assunto: “Prestação de Serviços de Seguros - Ramos Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Automóvel” – Renovação do Contrato – DF/DENP.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de 2011-07-11 (**anexo III**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do Departamento Financeiro – DENP, de 2011-07-06 (**anexo III**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovado, por unanimidade, com fundamento e nos termos descritos na informação do Departamento Financeiro – DENP acima mencionada, o seguinte:

1. A renovação do contrato por um novo período de um ano;
2. Deverá ser notificada a empresa adjudicatária da sua intenção quanto à possibilidade da renovação do presente contrato por um novo período de um ano, exactamente nas mesmas condições do contrato em vigor;

1509



3. Se a decisão do adjudicatário for a de não renovação do contrato, deverá de imediato proceder-se à preparação de um novo procedimento.

Deliberação n.º 898 de 21/07/2011

Assunto: Suspensão temporária do pagamento de renda do futuro espaço para aulas de Fitness, integrado no edifício das Piscinas Municipais de Paço de Sousa – DOSM/DENP.

Requerente: Alexandra Gabriela Sousa.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de 2011-07-08 (**anexo IV**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Requerimento de Alexandra Gabriela Sousa, de 2011-06-07, informação do DOSM, de 2011-06-14 e informação do DENP (**anexo IV**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

O senhor Vereador Eng.º Fernando Moreira disse que as dúvidas eram criadas por quem fez as informações.

Disse que o que lhe dava a entender é que a Câmara Municipal teria aprovado a criação de um espaço fitness e a sua adjudicação e que neste momento aparecia a adjudicatária a pedir a suspensão do pagamento da renda prevista no contrato de concessão, com a justificação que só poderia executar as obras depois da Câmara Municipal ceder o equipamento.

Disse que na informação do Chefe de Divisão dos Serviços Gerais o que consta é a confirmação da existência de humidades, mas não se sabe quando é que esta confirmação é feita, ou seja, se no tempo em que a Câmara Municipal aprovou a adjudicação, as humidades já existiriam.

Disse que quando a Câmara Municipal decidiu esta adjudicação, o imóvel deveria estar em condições para que a adjudicatária pudesse fazer as obras.

Referiu que, a mesma informação da Divisão dos Serviços Gerais, refere que estão a ser desenvolvidos esforços para resolver o problema e que a data desta informação é de 14 de Junho do ano em curso.

Disse que a proposta era também acompanhada de uma informação jurídica que não concluiu nada, porque se limita a descrever a legislação e na conclusão traduz o que já havia dito antes. Disse que a informação jurídica faz também uma afirmação cuja fonte não consegue encontrar nos documentos que acompanharam a proposta, a saber: “os serviços municipais, na sequência da participação efectuada pela concessionária, vieram confirmar o problema com as infiltrações, os quais encontram-se já reparados, desde o dia 30 de Junho findo”.

Disse que não sabia se a Câmara Municipal tinha possibilidade de conceder o que a requerente pretende porque, apesar de na sua opinião ela poder ter razão, as informações que acompanharam a proposta não ajudaram a tomada de decisão.

A senhora Vereadora Dr.ª Filomena Rodrigues disse que concordava com a intervenção do senhor Vereador Eng. Fernando Moreira, que na sua opinião se havia humidades, deveria ser aprovada a suspensão da renda a pagar pela concessionária, mas gostaria de ter tido mais informações que ajudasse a decidir com segurança.

A pedido da senhora Vereadora Eng.ª Paula Teles, em substituição do senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor Director do DOSM informou que a sala objecto de adjudicação tinha estado fechada e sem utilização durante um período considerável de tempo e que, dada a sua localização se situar por baixo dos balneários, originou a existência de condensação e fugas vindas da ligação dos tubos, que originaram infiltrações na lage.

Disse que numa primeira fase a Câmara Municipal fez reparações para minorar o problema e esperou-se algum tempo para que a lage secasse.

Disse que este fenómeno é demorado e que surgiram outras infiltrações com origem noutros locais distintos dos reparados.

Disse compreender as dificuldades da adjudicatária porque as humidades no tecto dificilmente se resolvem sem que seja criado um sistema de ventilação forçada para a sua secagem.

Disse que a demora resulta do facto da concessionária querer colocar um tecto falso e não o dever fazer antes deste problema estar completamente resolvido.

O senhor Vereador Eng.º Fernando Moreira disse que as questões que colocou não eram questões técnicas, porque o problema técnico pode ser constatado nas fotografias anexas à proposta



Referiu que o que o senhor Director do DOSM agora explicou era o que deveria ter sido explicado nas informações que acompanharam a proposta e que deveriam constar do processo.

Disse que, face às explicações do senhor Director do DOSM iria votar a favor, porque a adjudicatária teria toda a razão.

A senhora Vereadora Eng.ª Paula Teles disse que queria deixar ficar a nota que, de futuro as informações que acompanhassem as propostas deveriam constar esclarecimentos suficientes a uma tomada de decisão.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 899 de 21/07/2011

Assunto: Recepção Definitiva – Processo de Loteamento n.º 17/00 – DGU.

Requerente: Joaquim de Barros Moreira.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Adolfo Amílcar, de 2011-07-07 (**anexo V**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta

Documentos que acompanharam a proposta: Auto de Vistoria, de 16 de Junho de 2011 (**anexo V**) documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovado, por unanimidade, autorização da recepção definitiva referente ao processo de loteamento n.º 17/00, de acordo com Auto de Vistoria e Recepção Definitiva, assim como autorizar o levantamento caução existente.

Deliberação n.º 900 de 21/07/2011

Assunto: Proibição de automóveis pesados de mercadorias no centro da cidade de Penafiel (excepto cargas e descargas, transportes públicos e recolha de resíduos sólidos) – UMOT/GM425.11.



Proposta: Subscrita pela senhora Vereadora Eng.^a Paula Teles, de 2011-07-12 (**anexo VI**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da UMOT, de 2011-06-08, parecer da Associação Empresarial de Penafiel, de 2011-06-08, ofício n.º 49, de 2011-06-16, da Junta de Freguesia de Penafiel, informação da UMOT, de 2011-06-02, Informação técnica do DAT, de 2011-05-30, Informação da UMOT, de 2011-05-1, mapa de quantidades (**anexo VI**) e planta (**em arquivo**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

O senhor Vereador Eng.º Fernando Moreira disse que o que era proposto era a discussão e votação de uma alteração à postura de trânsito e que, quando olhava para a sinalização proposta, surgiam-lhe dúvidas.

Disse que, em relação à proibição proposta existiam duas excepções para a avenida que “corta a cidade ao meio” (Avenida José Júlio, Avenida Egas Moniz, Avenida Sacadura Cabral, Praça do Município, Largo Padre Américo e Rua “O Penafidense”) e depois havia também a possibilidade dos veículos que circulam na rua Eng. Matos, vindos por exemplo de Entre-os-Rios, de transitarem em frente ao quartel da GNR. Disse que esses veículos tinham uma limitação que os impedia de subirem até ao tribunal, mas que nada os impedia de entrar no Campo de Torres Novas, seguir em frente e sair em frente à biblioteca.

A senhora Vereadora Eng.^a Paula Teles disse que o que estava em causa era a aprovação de um conceito, ou seja, a ideia de proibição de circulação de pesados no centro da cidade.

Disse que estava em causa uma matéria difícil, que já havia sido objecto de varias reuniões, e que a aprovação deste conceito seria importante, como preparação para as medidas que no futuro irão ser tomadas depois da realização de intervenção no centro da cidade.

Disse que depois seria proposta uma postura de trânsito, mais concretizada, que seria elaborada depois de analisadas questões relacionadas com excepção a esta limitação a circulação para determinados veículos pesados como por exemplo, determinadas linhas de transporte público, veículos de recolha de resíduos sólidos urbanos, veículos de emergência médica ou outros veículos prioritários.

O senhor Vereador Eng.º Fernando Moreira disse que estava de acordo com a ideia mas não com a forma como ela era proposta e ou a planta que acompanhava a proposta era retirada, ou então teria que votar contra estas propostas.

A senhora Vereadora Eng.ª Paula Teles disse concordar retirar o assunto da ordem de trabalhos da presente reunião e trazer uma postura de trânsito mais completa para discussão e votação numa próxima reunião.

Votação: Aprovado, por unanimidade, retirar o assunto da ordem de trabalhos.

Deliberação n.º 901 de 21/07/2011

Assunto: Organização do Espaço Destinado ao Estacionamento de Viaturas, na Rua Monte do Facho, Freguesia de Penafiel – UMOT/GM431.11.

Proposta: Subscrita pela senhora Vereadora Eng.ª Paula Teles, de 2011-07-12 (**anexo VII**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da UMOT, de 2011-07-08, ofício n.º 50, de 2011-06-16, da junta de freguesia de Penafiel, (**anexo VII**), planta com a situação actual, planta com a localização da sinalização vertical de código da estrada – planta de alterações, planta com a localização da sinalização vertical de código da estrada – planta com a situação proposta e planta com a localização da sinalização horizontal (**em arquivo**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

O senhor Vereador Eng.º Fernando Moreira disse que, para uma rua com 80 metros são propostos treze sinais. Disse que o problema é que eram propostos para uma rua que sempre teve um único sentido. Referiu que era verdade que a rua antes era mais estreita, mas também era certo que foi criado um parque de estacionamento nessa mesma via.

Disse que ao aprovar dois sentidos para aquela rua a Câmara Municipal estaria a cometer um erro agravado pelo facto dessa estrada ter uma inclinação acentuada.

Referiu também que o novo sentido proposto para a rua, só interessará a quem reside no prédio de habitação colectiva no qual foi feita uma saída para aquela rua.



Disse que naquele local foi licenciado uma clínica dentária que trará maior afluxo de trânsito e maior confusão.

Disse que aquela zona não tinha que ter um estatuto especial e que, em vez de dois sentidos, teria sido melhor aprovar mais dois estacionamento longitudinais e não estacionamento transversal.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse que em determinadas horas do dia, circular contra o sol cria problemas de visibilidade e, na sua opinião, a criação de dois sentidos poderá ser um contributo para acidentes naquele local.

Disse também que quando se cria uma excepção para uma rua com estas características e onde existia antes um sentido único, tem que haver um fundamento muito relevante.

A senhora Vereadora Eng.ª Paula Teles propôs que o ponto fosse retirado para melhor análise de sinalização.

Disse que esta proposta foi antecedida de um conjunto de reuniões com as pessoas que ali residem e com representantes da Junta de freguesia, e que, tendo em conta que não está em causa uma via estruturante, a posição da Câmara Municipal deveria ser neutra.

Votação: Aprovado, por unanimidade, retirar este ponto para uma melhor análise.

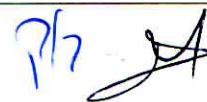
Deliberação n.º 902 de 21/07/2011

Assunto: Postura de Trânsito Provisória – Festa do caldo e da Música Tradicional de Quintandona, freguesia de Lagares – UMOT/GM439.11.

Requerente: Comissão Organizadora da Festa do Caldo e da Música Tradicional de Quintandona – Belmiro Barbosa.

Proposta: Subscrita pela senhora Vereadora Eng. Paula Teles, de 2011-07-12 (**anexo VIII**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do GMOT, de 2011-07-12, requerimento da Associação para o Desenvolvimento de Lagares de 2011-07-12



e Postura de Trânsito Provisória (**anexo VIII**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 903 de 21/07/2011

Assunto: Colocação de Espelho e Sinal de proibido “Estacionar a Veículos Pesados”, na Av. da Liberdade (Junto à rotunda da Ermida), Freguesia de Paço de Sousa – UMOT/GM434.11.

Proposta: Subscrita pela senhora Vereadora Eng. Paula Teles, de 2011-07-12 (**anexo IX**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da UMOT, de 2011-07-08, ofício n.º 028/SC/11, de 2011-06-21 e planta retirada do Google earth (**anexo IX**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 904 de 21/07/2011

Assunto: Protocolo a celebrar com o Município de Penafiel e a EP – Estradas de Portugal, SA, com o objecto do estabelecimento dos termos e condições para efeitos de execução das seguintes intervenções – GAP.:

1. Beneficiação da EN106, no cruzamento desta com a Rua Direita, num troço compreendido entre os Km 26+705 ao Km 26+755, (cujas coordenadas geográficas, no sistema ETRS89, são -12.966, 170.880);
2. Requalificação e beneficiação das Ruas Tenente Valadim e da Saudade, na EN15, num troço compreendido entre os Km 29+450 ao 30+430 (cujas coordenadas geográficas, no sistema ETRS89, são respetivamente -13.930, 169.240 e -13.238,170.023);
3. Requalificação e beneficiação da Avenida Egas Moniz, na EN15, num troço compreendido entre os km 30+780 ao Km 31+065 (cujas coordenadas

geográficas, no sistema ETRS89, são respetivamente -13.020, 170.270 e -12.910,170.521);

4. Requalificação dos Largos do Município e Padre Américo na EN15, num troço compreendido entre os Km 31+250 e Km 31+470, (cujas coordenadas geográficas, no sistema ETRS89, são respetivamente -12.758, 170757 e -12.549,170.904).

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2011-07-15 (**anexo X**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Ofício n.º DPCD/238/2011 – 2678, de 2011 e minuta do protocolo mencionada em assunto (**anexo X**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovado, por unanimidade, concordar com a minuta de protocolo mencionada em assunto.

Deliberação n.º 905 de 21/07/2011

Assunto: Manutenção do conteúdo da deliberação n.º 711, de 24 de Março de 2011 (valor de renda mensal de €40,60) - processo n.º 79 – 24 FC (Fonte da Cruz – Bloco n.º 4 – 1.º B - Esq) – Cátia Vanessa Vieira Pereira - UASS.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa, de 2011-07-15, (**anexo XI**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da UASS, de 2011-07-14 (**anexo XI**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação acima mencionada, prorrogar a decisão tomada pela deliberação n.º 911, de 24 de Março de 2011 (valor de renda mensal de €40,60), relativamente à fracção mencionada em assunto, a aplicar até ao início de 2012.

1517



Deliberação n.º 906 de 21/07/2011

Assunto: Contrato de Arrendamento de habitação social (tipologia T3) – Henriqueta Manuela Vieira Silva (Conjunto Habitacional de Fonte da Cruz, Bloco n.º 6 – 4.º DRT – Entr. N.º 3) - Valor da renda e prazo para pagamento de multa - GHS.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa, de 2011-07-18 (**anexo XII**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do Gabinete de Habitação Social, de 2011-07-12 (**anexo XII**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovado, por unanimidade, o valor de renda e a prorrogação do prazo para pagamento de multa, de acordo e com fundamento na informação do Gabinete de Habitação Social acima mencionada.

Deliberação n.º 907 de 21/07/2011

Assunto: Contrato de Arrendamento de habitação social – atribuição da fracção de tipologia T2, sita no bloco 3, 2º A, Esq., Conjunto Habitacional de Fonte da Cruz – com o valor de renda mensal de €31,59 (trinta e um euros e cinquenta e nove centimos (actualizável nos termos do art. 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio, a Eva Maria de Sousa Rocha - GHS.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa, de 2011-07-18 (**anexo XIII**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do Gabinete de Habitação Social, de 2011-07-15 e minuta de contrato de arrendamento urbano para habitação de duração limitada a celebrar com Eva Maria de Sousa Rocha (**anexo XIII**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.



Votação: Aprovado, por unanimidade, a minuta de contrato de arrendamento acima mencionada, a celebrar com Eva Maria de Sousa Rocha, sobre a fracção de tipologia T2, sita no bloco 3, 2º A, Esq., Conjunto Habitacional de Fonte da Cruz – com o valor de renda mensal de €31,59 (trinta e um euros e cinquenta e nove cêntimos (actualizável nos termos do art. 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio).

Deliberação n.º 908 de 21/07/2011

Assunto: Adenda ao protocolo de colaboração celebrado entre a Câmara Municipal de Penafiel e a Junta de Freguesia do Pinheiro (ao abrigo da alínea b) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro).

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2011-07-18 (**anexo XIV**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: cópias da designação dos trabalhos, do contrato de empreitada por ajuste directo de “Construção da Capela Mortuária do Pinheiro” celebrado em 26 de Maio de 2009, e do protocolo de colaboração celebrado, em 9 de Setembro de 2008, entre a Câmara Municipal de Penafiel e a Junta de Freguesia do Pinheiro (ao abrigo da alínea b) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro) (**anexo XIV**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse que depois de analisar os documentos percebeu que, em 2008, tinha sido celebrado um protocolo e que mediante esse protocolo tinha sido acertado um valor. Disse que, de acordo com o descrito na proposta, a Junta de freguesia excedeu o valor do protocolo e era essa autarquia, e não a Câmara Municipal que competia gerir da melhor maneira o apoio concedido. Referiu que tinha dúvidas quanto às consequências desta alteração ao protocolo anteriormente celebrado, que incidia sobre uma obra executada, pois poderia criar desequilíbrio em relação a outras freguesias que, celebraram também protocolos, mas geriram os apoios municipais atribuídos com mais rigor.

Pediu esclarecimentos.

1519



A senhora Vereadora Dr.ª Filomena Rodrigues disse que era, na sua opinião, a única exigência que tinha quanto à sua concordância com a proposta apresentada era a igualdade na atribuição dos apoios pelas freguesias. Disse que se esta alteração ao protocolo não colocasse em causa o tratamento igual de todas as freguesias do concelho, votaria favoravelmente esta proposta. Sublinhou que o seu voto seria a favor com esta condição.

O senhor Vereador Eng. Fernando Moreira disse que ia falar numa freguesia que tinha sido eleita pelo PSD, que conhecia bem, porque tinha vindo a trabalhar com eles, e que essa Freguesia estava à espera que a Câmara Municipal de Penafiel a apoiasse há 30 meses, na aquisição de um terreno para a construção da capela mortuária. Disse que não percebia qual a razão pela qual a Câmara municipal propõe o aumento do apoio à Freguesia ora proposto e não concede a ajuda à freguesia que lhe pede também apoio para construção da capela mortuária.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse que iria votar contra, devido a falta de explicações que deveriam ter acompanhado a proposta, e que, na sua opinião, levantaria dúvidas quanto à sua legalidade.

A senhora Vereadora Dr.ª Filomena Rodrigues disse que votaria favoravelmente com os fundamentos já explicados ou seja desde que esta adenda seja igual para todas as freguesias e desde que exista um motivo de interesse público que justificasse essa alteração.

Votação: Aprovado, por maioria, com votos a favor dos senhores Vereadores, Eng.ª Paula Cristina Ribeiro da Silva Teles, senhor Adolfo Amílcar, Dr.ª Susana Paula Barbosa de Oliveira, Dr. Alberto Clemente de Melo e Sousa, Dr.ª Filomena Maria de Sousa Martins Pereira Rodrigues e com voto contra dos senhores Vereadores Dr. António José de Sousa Pinto e Eng.º Joaquim Fernando Moreira.

Deliberação n.º 909 de 21/07/2011

Assunto: Sinalização/Freguesia de Penafiel – U MOT/GM428.11.

Proposta: Subscrita pela senhora Vereadora Eng. Paula Teles, de 2011-07-15 (anexo XV), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

1520



Documentos que acompanharam a proposta: Informação da UMOT, de 2011-07-08, ofício da Junta de Freguesia de Penafiel, com a ref.^a n.º 51/2011, de 2011-06-16 (**anexo XV**) e planta com a localização da sinalização vertical (**em arquivo**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

O senhor Vereador Eng. Fernando Moreira disse que a sinalização tem que existir porque se é para actuar, tem que existir normas que legitimizem esse procedimento. Disse que para além disso não há outra justificação para o proposto, porque a Câmara Municipal gasta dinheiro e as pessoas não ligam nenhuma à sinalética. Referiu que, se não for feita fiscalização, não adianta colocar sinais de proibição. Transmitiu que com a proposta são criados dois lugares de estacionamento longitudinais, com os quais concorda, mas não lhe parece muito bem a colocação de linhas amarelas nesta situação, pois estas proíbem de parar e as pessoas não ligam aos sinais, muito menos acatam as determinações impostas por estas linhas.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 910 de 21/07/2011

Assunto: Sinalização/na Rua das Alminhas, Freguesia de Galegos – UMOT/GM371.11.

Proposta: Subscrita pela senhora Vereadora Eng. Paula Teles, de 2011-07-15 (**anexo XVI**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

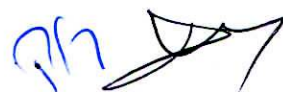
Documentos que acompanharam a proposta: informação da UMOT, de 2011-07-14 (**anexo XVI**), planta com a situação actual, planta de alterações e planta com a situação proposta (**em arquivo**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 911 de 21/07/2011

Assunto: 13.^a Alteração ao Orçamento da Despesa – 2011 – DF.

1521



Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2011-07-18 (**anexo XVII**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do Departamento Financeiro de 2011-07-18 (**anexo XVII**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovada, por maioria, com votos a favor dos senhores Vereadores, Eng.^a Paula Cristina Ribeiro da Silva Teles, senhor Adolfo Amílcar, Dr.^a Susana Paula Barbosa de Oliveira, Dr. Alberto Clemente de Melo e Sousa e com abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista Dr. António José de Sousa Pinto e Eng.^o Joaquim Fernando Moreira, Dr.^a Filomena Maria de Sousa Martins Pereira Rodrigues, a 13.^a Alteração ao Orçamento da Despesa no valor de 92.000,00€ para o corrente ano de 2011.

Deliberação n.º 912 de 21/07/2011

Assunto: Distrate do protocolo de promessa de compra e venda celebrado com a Freguesia da Portela (deliberação n.º 1925, de 2008-09-05) – DENP.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2011-07-18 (**anexo XVIII**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

A senhora Vereadora Dr.^a Filomena Rodrigues pediu esclarecimentos.

O senhor Vereador Dr. Alberto Clemente disse que, não conhecia ainda muito bem a situação, mas supunha que o motivo que conduziu a esta proposta de distrate partiu da Junta de Freguesia, por razão de ordem financeira.

Disse que, numa próxima reunião de Câmara Municipal, traria uma explicação mais concreta e pormenorizada.

Votação: Aprovado, por unanimidade.



Deliberação n.º 913 de 21/07/2011

Assunto: Contratação por tempo indeterminado de dois (2) Técnicos Superiores - Juristas - Reserva de recrutamento na lista unitária de ordenação final dos candidatos do procedimento concursal aberto no dia 23 de Abril de 2010 (válida pelo período de 18 meses) – RH.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Vereador Adolfo Amílcar, de 2011-07-19 (**anexo XIX**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto perguntou se esta proposta iria aumentar o número de postos de trabalho na cidade de Penafiel ou se estes lugares já estariam a ser exercidas por trabalhadores remunerados.

A senhora vereadora Dr.ª Susana Oliveira disse que estas funções já estavam a ser executadas por trabalhadores com contrato a termo certo e que, com a aprovação destas propostas, não iria haver um acréscimo de postos de trabalho e uma maior despesa para a Câmara Municipal.

Votação: Aprovada, por unanimidade.

Deliberação n.º 914 de 21/07/2011

Assunto: Abertura de procedimento concursal (carreira e categoria de Técnico Superior – Engenharia Civil) – RH.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador, Adolfo Amílcar, de 2011-07-19 (**anexo XX**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto pediu esclarecimentos.

A senhora vereadora Dr.ª Susana Oliveira disse que devido ao facto destas funções estarem a ser exercidas por um trabalhador ao abrigo de um contrato de trabalho a termo certo, cujo prazo expirará dentro de dois meses, e dado que o

trabalho realizado por este trabalhador era necessário, proceder-se ao pedido de autorização para abertura do procedimento concursal.

O senhor Vereador Eng. Fernando Moreira disse que concordava com a proposta, se a Câmara Municipal tivesse necessidade de mais um Eng. Civil nos seus quadros.

A senhora Vereadora Eng.^a Paula Teles disse que na Câmara Municipal de Penafiel não havia muitos engenheiros civis.

A senhora Vereadora Dr.^a Susana Oliveira confirmou o referido pela senhora Vereadora Eng.^a Paula Teles e disse que durante este mandato não foi aberto qualquer concurso para engenheiro civil.

O senhor Vereador Eng. Fernando Moreira disse que teve que fazer uma vistoria e que da comissão de vistoria faziam parte três engenheiras civis.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse que o número de processos de licenciamento de obras particulares tem registado uma redução significativa e que a necessidade seria sempre contratar mais um em vez de reestruturar e recorrer à *"prata da casa"*

Perguntou quais são os engenheiros civis na Câmara Municipal de Penafiel.

A senhora Vereadora Dr.^a Filomena Rodrigues disse que as autarquias, como quaisquer outras entidades, não podem recorrer eternamente à renovação de contratos e, por esse motivo, quanto de facto essas prestações são necessárias, à que abrir concurso público para a contratação por tempo indeterminado.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse que era importante alertar para a necessidade de contenção da despesa com recursos humanos.

A senhora Vereadora Eng.^a Paula Teles disse que a abertura deste concurso se destinava a contratar um engenheiro civil para a área de vias e transito.

Referiu que, na sua opinião era uma área que não deveria estar atribuída apenas a arquitectos e que devia ser tratada, também, por técnicos superiores com formação em engenharia civil.

Disse que esta matéria estava a ser trabalhada apenas por um engenheiro civil contratado a termo certo.

Transmitiu que na Câmara Municipal de Penafiel existem alguns engenheiros civis no departamento de gestão urbanística e outros no Departamento de Obras e Serviços Municipais, na fiscalização e obras públicas, que, na sua, opinião são poucos para as obras que a autarquia tem em curso e para as que pretende executar.

O senhor Vereador Eng. Fernando Moreira disse que, atendendo às explicações da senhora Vereadora Eng.^a Paula Teles e, em particular ao facto do concurso se destinar ao suprimento de uma carência de apoio técnico na área da engenharia civil para as matérias a relacionar com as vias e o trânsito, iria votar favoravelmente este ponto.

Votação: Aprovada, por maioria, com votos a favor dos senhores Vereadores, Eng.^a Paula Cristina Ribeiro da Silva Teles, senhor Adolfo Amílcar, Dr.^a Susana Paula Barbosa de Oliveira, Dr. Alberto Clemente de Melo e Sousa, Eng.^o Joaquim Fernando Moreira, Dr.^a Filomena Maria de Sousa Martins Pereira Rodrigues e com voto contra do senhor Vereador Dr. António José de Sousa Pinto, a abertura de procedimento concursal, nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aplicada à Administração Local pela Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho de 2010, e Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, para ocupação do seguinte posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal e destinado a trabalhadores possuidores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida: 1 Posto de trabalho correspondente à carreira e categoria de Técnico Superior – Engenharia Civil, em regime de contrato por tempo indeterminado.

Deliberação n.º 915 de 21/07/2011

Assunto: Recrutamento excepcional, nos termos do n.º 2, do art. 9 e do n.º 3 art. 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, para os postos de trabalho da carreira técnico superior das áreas Psicologia Clínica, Educação e Conservador. – RH.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador, Adolfo Amílcar, de 2011-07-19 (**anexo XXI**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

1525



A senhora Vereadora Dr.ª Filomena Rodrigues pediu esclarecimentos.

A senhora vereadora Dr.ª Susana Oliveira disse que este assunto já foi presente a reunião de Câmara municipal e que o facto de ser submetido novamente a discussão e votação do mesmo órgão municipal se prende com a necessidade de cumprimento de uma exigência legal. Explicou que, numa primeira fase, a Câmara municipal deliberou abriu concurso só para pessoas com vínculo à função pública e, depois de ser feita esta triagem e se constatar a inexistência de candidatos ao lugar, deve ser aberto concurso à população em geral.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse que tinha dúvidas se estavam a ser cumpridos todos os formalismos legais, designadamente quanto à obrigatoriedade de dar publicidade a todos os organismos públicos. Disse que, por exemplo, a Câmara Municipal de Lousada enviava esses procedimentos ao centro de emprego para conhecimento.

A senhora vereadora Dr.ª Susana Oliveira disse que iria certificar-se se estavam cumpridas todas as formalidades legais.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto questionou se as trabalhadoras da Câmara Municipal, Técnicas Superiores na área da educação, com competências curriculares na área da educação, não poderiam suprir a necessidade de contratação de uma psicóloga clínica. Disse que o que pretendia era que fosse feito um esforço para encontrar "*dentro de portas*" um meio de suprir essas necessidades e que essa deveria ser uma regra obrigatória pois, caso contrário, estar-se-ia sempre a encontrar justificação para contratar mais alguém. Disse que esta autarquia há pouco tempo tinha pouco mais de 400 funcionários e que agora este número ascende a mais de mil.

A senhora vereadora Dr.ª Susana Oliveira disse que não era verdade, que o número de funcionários era de 712.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse que as receitas municipais não têm sido expressivas para fazer face a um aumento de despesas correntes com pessoal e que um dia esta situação iria "*bater no fundo*".



Votação: Aprovado, por maioria, com votos a favor dos senhores Vereadores, Eng.^a Paula Cristina Ribeiro da Silva Teles, senhor Adolfo Amílcar, Dr.^a Susana Paula Barbosa de Oliveira, Dr. Alberto Clemente de Melo e Sousa, Eng.^o Joaquim Fernando Moreira, Dr.^a Filomena Maria de Sousa Martins Pereira Rodrigues e com voto contra do senhor Vereador Dr. António José de Sousa Pinto.

Deliberação n.º 916 de 21/07/2011

Assunto: Aprovação do projecto “Memorial do Zé do Telhado” – freguesia de Castelões.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador, Adolfo Amílcar, de 2011-07-19 (**anexo XXII**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: projecto (**em arquivo CD**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

A senhora Vereadora Dr.^a Filomena Rodrigues disse que esta proposta acarretava despesa e que, por esse motivo, perguntou se esta decisão teria que ser tomada nesta altura.

A senhora vereadora Dr.^a Susana Oliveira disse que estava em causa a possibilidade de obtenção de um financiamento de 60% ao abrigo do PRODER. Disse que esta deveria ser a última oportunidade de obter financiamento por esta via.

Referiu que o edifício estava a ficar em muito mau estado e que era urgente a realização de trabalhos de limpeza e de consolidação do edifício do edifício.

O senhor Vereador Eng. Fernando Moreira disse que tinha ideia que o edifício pertencia a particulares. Pediu esclarecimentos.

A senhora Vereadora Dr.^a Susana Oliveira disse que o imóvel teria que ser expropriado.

O senhor Vereador Eng. Fernando Moreira disse que este assunto já era antigo e que já era discutido no tempo em que era vice-presidente da Câmara Municipal de Penafiel. Disse que, havendo possibilidade de recorrer a financiamento ao abrigo do PRODER, essa possibilidade deveria ser aproveitada.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

2 - ASSUNTOS A SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberação n.º 917 de 21/07/2011

Assunto: Repartição de Encargos do Contrato “Serviço de Impressões Gráficas” – DF.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de 2011-07-11 (**anexo XXIII**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do Departamento Financeiro (informação sobre o cabimento e repartição de encargos), de 2011-07-11 (**anexo XXIII**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovado, por unanimidade, e submeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação.

Deliberação n.º 918 de 21/07/2011

Assunto: A isenção de pagamento de taxas e licenças (Processo n.º 1520/D/11) – DGU.

Requerente: Associação para o Desenvolvimento de Galegos.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Adolfo Amílcar, de 2011-07-06 (**anexo XXIV**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: requerimento ref. 11/2011/SPDG da Associação para o Desenvolvimento de Galegos, de 2011-02-28 e informação do Departamento financeiro, de 2011-06-30 (**anexo XXIV**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovado, por unanimidade, a proposta de isenção do pagamento das taxas acima identificada, de acordo com a informação do Departamento Financeiro, de 2011-06-30 (**anexo XXIV**), e submeter o assunto à Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 12.º, da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Deliberação n.º 919 de 21/07/2011

Assunto: A isenção de pagamento de taxas (Processo n.º 3390/D/11) – DGU.

Requerente: Associação de Desenvolvimento S. Mamede de Canelas.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Adolfo Amílcar, de 2011-07-06 (**anexo XXV**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Requerimento da Associação de Desenvolvimento S. Mamede de Canelas, de 2011-05-25 e informação do Departamento Financeiro, de 2011-06-30 (**anexo XXV**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse que os senhores vereadores do Partido socialista estavam de acordo com a proposta, mas que esta proposta levava à questão concreta do pagamento destes apoios. Disse que sabia da existência de duas ou três associações à espera do pagamento do apoio municipal prometido. Disse que era fácil aprovar despesas, mas o problema era depois cumprir com os pagamentos prometidos e contratualizados.

O senhor Director do Departamento Financeiro disse que à excepção de Galegos, que chegou ofício da situação foi depois de ter sido efectuado o pagamento em cerimónia que decorreu no dia três de Junho, à qual faltava pagar uma tranche,

todas as associações com protocolos celebrados com a Câmara Municipal, no âmbito do programa PARES, tem recebido os seus pagamentos de apoio.

Disse que a rectificação que foi aprovada pela Câmara Municipal quanto ao acerto do valor a atribuir como comparticipação municipal, em virtude de alteração ao valor de adjudicação, foi corrigido e foi pago.

Votação: Aprovado, por unanimidade, a proposta de isenção do pagamento das taxas acima identificada, de acordo com a informação do Departamento Financeiro, de 2011-06-30 (**anexo XXV**), e submeter o assunto à Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 12.º, da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Deliberação n.º 920 de 21/07/2011

Assunto: A isenção de pagamento de taxas (Processo n.º 253/U/10) (Processo n.º 7588/D/10 – DGU).

Requerente: Associação de Solidariedade Social e Cultura para o Desenvolvimento de Rans.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Adolfo Amílcar, de 2011-07-06 (**anexo XXVI**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Requerimento da Associação de Solidariedade Social e Cultura para o Desenvolvimento de Rans, de 2010-10-09 e informação do Departamento Financeiro, de 2011-06-30 (**anexo XXVI**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovado, por unanimidade, a proposta de isenção do pagamento das taxas acima identificada, de acordo com a informação do Departamento Financeiro, de 2011-06-30 (**anexo XXVI**), e submeter o assunto à Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 12.º, da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Deliberação n.º 921 de 21/07/2011

Assunto: Prestação de serviços para a função de Auditor Externo de acordo com o estipulado no n.º 2 do art. 48.º da lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro/Ajuste Directo – DF.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2011-07-18 (**anexo XXVII**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do Departamento Financeiro de 2011-07-18, relatório preliminar/final e proposta de cabimento n.º 2216 (**anexo XXVII**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovado, por unanimidade, a proposta de acima mencionada de adjudicação a Santos Vaz & Trigo Morais e Associados, SROC, Lda, pelo valor de 21.400,00€+IVA à taxa legal em vigor, (cabimento n.º 2216/11) e remeter o assunto à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto no n.º 2 artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

3 - APROVAÇÃO EM MINUTA DO TEXTO DAS DELIBERAÇÕES

Deliberação n.º 922 de 21/07/2011

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta o texto de todas as deliberações tomadas na presente reunião, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

4 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO

Assunto: Actos praticados no uso de poderes delegados (informação com a identificação das decisões proferidas pelo Vereador Sr. Adolfo Amílcar, com competências delegadas e subdelegadas por despacho do Senhor Presidente da Câmara, referentes ao período de tempo decorrido entre os dias 07 a 14 de Julho 2011) - DGU (**em arquivo**).

1531



A Câmara Municipal tomou conhecimento, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 65.º, n.º 3, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Assunto: Resumo Diário de Tesouraria n.º 138/2011 (**em arquivo**) – DF.

A Câmara Municipal tomou conhecimento

Assunto: Facturas registadas no valor de €613.835,21 (**em arquivo**) – DF.

A Câmara Municipal tomou conhecimento

Assunto: Ofício da Empresa **BEFEBAL - Sociedade de Construções, SA**, a comunicar a celebração de um contrato de *factoring* com a Instituição Bancária **Banco Santander Totta, SA**, referente às facturas da empreitada “Construção do Centro Escolar de Valpedre” (**anexo XXVIII**) – DF.

A Câmara Municipal tomou conhecimento

III – ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do art. 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter a deliberação os seguintes assuntos não incluído na ordem do Dia.

Deliberação n.º 923 de 21/07/2011

Assunto: Toponímia da Freguesia de Lagares – 2.ª Alteração – DGU.

Proposta: Subscrita pela senhora Vereadora Dr. Susana Oliveira, de 2011-07-21 (**anexo XXIX**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da Comissão Municipal de Toponímia, de 2011-07-20, toponímia da freguesia de Lagares, cópia da acta

da quadragésima oitava reunião da comissão municipal de toponímia (**anexo XXIX**) e duas plantas com identificação dos topónimos (**em arquivo**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovado, por unanimidade, nos termos da alínea v), n.º 1, art. 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002.

Deliberação n.º 924 de 21/07/2011

Assunto: Toponímia da Freguesia de Pinheiro – 1.ª Alteração – DGU.

Proposta: Subscrita pela senhora Vereadora Dr. Susana Oliveira, de 2011-07-21 (**anexo XXX**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da Comissão Municipal de Toponímia, de 2011-07-20, toponímia da freguesia de Pinheiro, cópia da acta da quadragésima oitava reunião da comissão municipal de toponímia (**anexo XXX**) e duas plantas com identificação dos topónimos (**em arquivo**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovado, por unanimidade, nos termos da alínea v), n.º 1, art. 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002.

Deliberação n.º 925 de 21/07/2011

Assunto: Ratificação do despacho proferido pelo senhor Presidente, de 2011-03-07, que aprovou a Prorrogação de Prazo de Entrega de Propostas – Requalificação da Quinta das Lages – DOSM.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2011-03-07 (**anexo XXXI**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.



Documentos que acompanharam a proposta: Informação do DOSM, de 2011-03-07 (**anexo XXXI**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto pediu para consultar o projecto respeitante à Quinta das lages.

A senhora Vereadora Eng.^a Paula Teles disse que o senhor Vereador poderia consultar o processo e que no final da reunião combinaria uma data e local para o efeito.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 926 de 21/07/2011

Assunto: Contratação de Empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos, no montante de 1.341.695€ - aprovação do contrato de empréstimo com as respectivas cláusulas contratuais – DF

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador, Adolfo Amílcar, de 2011-07-20 (**anexo XXXII**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta acta.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do Departamento Financeiro, de 2011-07-21, contrato de empréstimo (**anexo XXXII**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta acta.

Votação: Aprovado, por unanimidade, o contrato acima mencionado e submeter o assunto à Assembleia Municipal.

Encerrado o período da ordem do dia, foi aberto o período de intervenção do público, não tendo sido feita nenhuma inscrição.

E como mais ninguém quis usar da palavra, foi pela Excelentíssima senhora Vereadora Eng.^a Paula Cristina Ribeiro da Silva Teles encerrada a reunião pelas **17 horas e 30 minutos**.



E eu, , Ivone Manuel Gonçalves Freitas de Sá Dr.^a, Chefe da Divisão Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, na qualidade de secretária, a subscrevo e assino, conjuntamente com a senhora Vereadora Eng.^a Paula Cristina Ribeiro da Silva Teles.

A Vereadora Eng.^a Paula Cristina Ribeiro da Silva Teles:

